

Formação Socioambiental no Contexto da Fiscalização em Unidades de Conservação **Social and environmental education at the context of protected areas supervision**

Beatriz Truffi Alves¹, Rodrigo Machado², Wagner Nistardo de Lima³
Adriana Neves da Silva⁴, Marlene Francisca Tabanez⁵

1. Mestre em Educação. Especialista Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. beatrizta@ambiente.sp.gov.br. Coordenadoria de Fiscalização Ambiental. São Paulo, SP.
2. Mestre em Educação. Especialista Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. rodrigom@ambiente.sp.gov.br. Coordenadoria de Fiscalização Ambiental. São Paulo, SP.
3. Pós-graduado em Sociedade e Meio Ambiente. Especialista Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. wagnern@ambiente.sp.gov.br. Coordenadoria de Fiscalização Ambiental. São Paulo, SP.
4. Mestre em Educação. Assessoria Técnica de Educação Ambiental da Diretoria Executiva. anasilva@fflorestal.sp.gov.br. Fundação Florestal. São Paulo, SP.
5. Doutora em Educação. Pesquisadora Científica. marlenetabanez@gmail.com. Instituto Florestal. Porto Ferreira, SP.

Resumo

O artigo dedica-se a expor resultados parciais de pesquisa para avaliar o projeto denominado Formação Socioambiental (FS). A FS destina-se a envolver Conselhos de Unidades de Conservação (UC) do Estado de São Paulo com a fiscalização ambiental, visando contribuir para a melhoria ambiental das UC e de suas Zonas de Amortecimento e territórios. É um trabalho integrado, envolvendo a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, o Instituto Florestal, a Fundação Florestal, o Instituto de Botânica e a Polícia Militar Ambiental. Realizaram-se 19 encontros com gestores e Conselhos de 12 UCs, organizadas em sete polos pelo estado. Os encontros destinaram-se a abordar causas e efeitos de problemas de fiscalização das unidades e desenvolver estratégias e ações para seu enfrentamento, compondo as agendas dos Conselhos. Como resultados parciais, observam-se, até o momento, entre outros indicadores, ampliação da compreensão dos participantes sobre a problemática socioambiental que envolve as UCs e sobre o papel e atuação dos Conselhos Gestores.

Palavras-chave: Formação Socioambiental; Fiscalização Ambiental; Conselho Gestor de UC

Abstract

The Social and Environmental Education is designed to get São Paulo State's Protected Areas (PAs) Councils engaged with the environmental supervision, in order to contribute to the environmental improvement of the PAs and its Buffer Zones and other territories. It is an integrated work involving the Coordination of Environmental Supervision, the Forest Foundation, the Forest Institute, the Institute of Botany and the Environmental Police. There were 19 meetings with managers and boards of 12 PAs, organized in seven centers distributed around São Paulo State. These meetings were intended to address the causes and effects of the problems faced by the supervision of the Protected Areas and develop strategies and actions to face them, composing the board agendas. Up to now, as partial results, among other indicators, the expansion of the understanding of the participants regarding the environmental issues involved in the PAs and the role and actions of management Councils were observed.

Key-words: Social and Environmental Education, Environmental Supervision, Management Council PA

1. Introdução

Na Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (SMA-SP), criada em 2012, foram definidos planos de fiscalização voltados a

orientar a atuação de agentes fiscalizadores em diferentes áreas, tais como fauna, incêndios florestais, madeira, áreas de mananciais, áreas rurais, pesca entre outros. Um desses planos destina-se às unidades de conservação (UC) de proteção integral. É denominado Sistema Integrado de Monitoramento (SIM). Possui tal nome em função de duas de suas características: o planejamento da fiscalização de forma integrada entre diferentes órgãos da SMA (Fundação Florestal-FF, Instituto Florestal-IF e Instituto de Botânica-IBt) e a Polícia Militar Ambiental (PMA); a ênfase no monitoramento, com diferentes tecnologias e estratégias traçadas no plano.

O SIM, ao dedicar-se à organização integrada e orientação estratégica da fiscalização ambiental nas UCs paulistas, conta em sua estrutura com dois programas de suporte. Um destinado à familiarização e formação continuada dos envolvidos (gestores, técnicos e agentes de fiscalização) com técnicas de análise e planejamento, assim como com tecnologias utilizadas neste processo. Outro programa é chamado de Formação Socioambiental (FS) e se concentra no envolvimento ativo da sociedade com a fiscalização ambiental das UCs. Em sentido ampliado, propõe-se a observar a problemática socioambiental das UCs, a partir de seus problemas de fiscalização, procurando ampliar e dar um sentido à participação social na gestão ambiental, partindo da fiscalização.

Para desenvolver uma proposta de trabalho com o foco supramencionado foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), composto por membros representantes dos órgãos envolvidos com o SIM. As tarefas deste GT foram: 1) definir estratégia, proposta de trabalho e de público; 2) definir as UCs a serem trabalhadas; 3) realizar a comunicação com gestores, agentes de fiscalização e técnicos; 4) viabilizar as oficinas e avaliar o percurso. A exposição do presente trabalho compõe parte do processo de análise e avaliação da FS.

Para a realização da FS, houve indicações pela FF e pelo IF de 15 UCs em todo o estado, a fim de iniciar um primeiro ciclo de desenvolvimento da FS¹, em 2013. Os critérios utilizados para compor este quadro inicial de UCs foram: 1) Contar com o universo de UCs inscritas no SIM; 2) Considerar as que têm Conselho formado; 3) Considerar a predisposição do Gestor em desenvolver a proposta; 4) Preferencialmente indicar dois polos/UCs de cada “faixa” do estado (recorte do SIM²). As UCs foram organizadas em nove polos, como exposto no quadro 1 e ilustrado no mapa (figura 1). A expectativa sobre os polos foi de contribuir à contextualização territorial das UCs, havendo outras unidades próximas.

Quadro 1 – Polos, unidades de conservação e regiões do SIM previstos para a FS. Dos 9 polos previstos inicialmente, em 7 os trabalhos foram iniciados e, em 5, concluídos em 2013.

Polo	Unidades de Conservação	Região SIM
1 (concluído) 4 encontros	1. Parque Estadual Itapetinga	Metropolitana
	2. Monumento Natural Pedra Grande	
	3. Parque Estadual Itaberaba	
2 (iniciado) 2 encontros	4. Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade	Interior Centro-oeste
3 (não iniciado)	5. Estação Ecológica Angatuba - IF	
4 (concluído) 3 encontros	6. Parque Estadual Aguapeí	Interior Extremo Oeste
	7. Parque Estadual Rio do Peixe	
	8. Parque Estadual Morro do Diabo ³	
5	9. Monumento Natural Pedra do Baú	Litoral Norte Vale do Paraíba

¹ Em 2014 a FS avança para mais dez UC, sendo quatro delas marinhas e três insulares, também em outro plano de fiscalização: o de pesca costeira.

² O SIM se distribui pelo estado em seis Coordenações regionais: Extremo-oeste, Centro-oeste, Litoral Norte/Vale do Paraíba, Litoral Centro/Baixada Santista, Litoral Sul/Vale do Ribeira e Metropolitana.

³ O Parque Estadual Morro do Diabo participou como “observador” da FS. Por não ter um Conselho instituído, mas interesse por parte da gestão da UC em acompanhar a FS, foi integrada ao polo 4.

(iniciado) 1 encontro 6 (concluído) 3 encontros	10. Parque Estadual Mananciais de Campos do Jordão 11. Parque Estadual Campos do Jordão 12. Parque Estadual Serra do Mar - Caraguatatuba	
7 (concluído) 3 encontros	13. Parque Estadual Serra do Mar - Itutinga Pilões	Baixada Santista
8 (concluído) 3 encontros	14. Parque Estadual Lagamar de Cananéia	Litoral Sul Vale do Ribeira
9 (não iniciado)	15. Parque Estadual Carlos Botelho	

Figura 1 – Distribuição pelo estado dos polos e unidades de conservação de FS apontados no quadro 1.



Fonte: CFA/SMA-SP, 2014.

2. Construção de um quadro de referência

Para desenvolver uma proposta direcionada ao objetivo de envolver os Conselhos de UCs com a fiscalização ambiental em um processo formativo, que qualificasse e buscasse fortalecer a participação na gestão ambiental de áreas protegidas, foi necessário construir um quadro referencial conceitual, teórico e metodológico. Para tanto, foram definidos os campos (discursivos e de práticas) que se relacionam mais diretamente com a proposta, de maneira a orientar tanto uma revisão de literatura, como a inspiração à proposta de trabalho.

Os campos e respectivos debates que fundamentam a Formação Socioambiental, assim, apresentam-se sintetizados para este artigo no quadro 2.

Quadro 2 – Quadro referencial conceitual e teórico da Formação Socioambiental.

Eixo temático	Principais contribuições à construção de uma proposta de Formação Socioambiental	Referências consultadas
Representações sociais de meio ambiente	Há necessidade de se ressaltar a existência de múltiplos pontos de vista, recortes ou enquadramentos a partir dos quais uma área protegida pode ser observada ou apreendida, em que pese o reconhecimento de que uma ou outra perspectiva se sobressaia diante das demais. Meio ambiente também resulta das relações sociais de produção e modelo de desenvolvimento.	Carvalho, M. (2003), Carvalho, I. C. M. (2004), Reigota (2002)
Gestão	Entendida como um processo essencialmente político, pois assentado	Martinez Alier (2012), Quintas

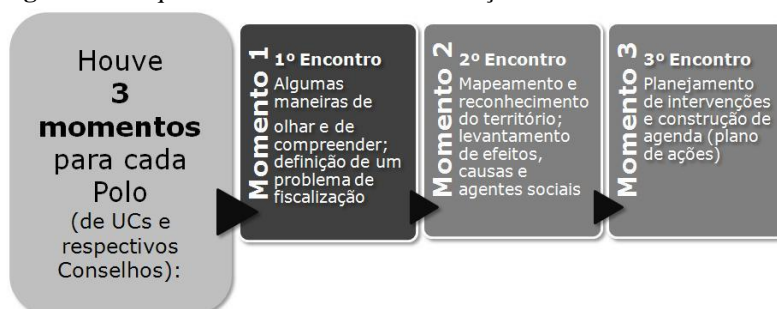
Ambiental	na mediação de interesses e conflitos entre agentes sociais que atuam sobre os meios físico, natural e construído.	& Gualda (1995), Quintas (2006), Acelrad; Mello; Bezerra (2009),
Áreas Protegidas	Conforme definido na legislação. Com o complemento de que a noção sofre “deslocamentos” sobre seu papel, funções e relações com o território.	Brasil (2000), Morsello (2001), Runte (1979), Diegues (1996), Brito (2000), Ibama (2008), Moreira (2000), São Paulo (2009),
Conselhos Consultivos de UCs	Tidos como gestores. Como instância democrática e legitimada pelos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão das UCs. Um espaço tanto de ensino-aprendizagem como do contraditório (ideias, representações sociais, posições, opiniões conflitantes e contrapostas), com potencial de construção de consensos para o desenvolvimento de agendas positivas.	Gohn (1990; 2002; 2006), Abers & Keck (2008), Palmieri e Veríssimo, (2009), Brasil (2002), São Paulo (2005), Steinmetz <i>et al.</i> , (2010), Loureiro; Azaziel & Franca (2003; 2007).
Educação Ambiental	Prioriza ações pedagógicas voltadas à reflexão sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Parte do entendimento de que a problemática socioambiental constitui-se de dimensões (social, natural, cultural, política, histórica).	González Gaudio (2001), Layrargues (in: Loureiro, 2000), Loureiro (2006a; 2006b), Layrargues (in: Quintas, 2006), Guimarães (2000), Loureiro (2003),
Participação	Como direito e como conquista, como aprendizagem e percurso ou processo com horizonte emancipatório. Dirige-se às tomadas de decisão, não exclusivamente à execução de decisões já tomadas.	Gohn (2001), Dallari (2004); Bordenave (1987); Arnstein (2002); Demo (1999); Dagnino (2004).
Opções metodológicas	Utilização de técnicas, linguagens e recursos com vistas a proporcionar a participação equitativa de todos, utilizando o espaço dos Conselhos para a articulação de diferentes representações sociais e das contribuições de diferentes agentes sociais representados nos encontros da FS.	Loureiro, Azaziel, Franca (2003), Franca (2006), Matus (2007), Cossart; Peixoto; Moraes; Brose; Schneider-Barthold & Gagel (in: Klausmeyer; Ramalho, 1985);

3. Elaboração e desenvolvimento de proposta de trabalho

A proposta de se trabalhar com os Conselhos de UCs no contexto da fiscalização ambiental buscou considerar as contribuições do quadro referencial teórico metodológico. Idealizou-se um percurso que fosse de compreensão em maior profundidade da problemática socioambiental de cada UC, a partir da partilha de saberes, informações, conhecimentos, posições e interesses; e de envolvimento com os problemas de fiscalização ambiental, proporcionado pela participação no percurso de refletir, debater, compreender, diagnosticar e planejar ações para o enfrentamento destes problemas a serem realizadas pelos próprios Conselhos, constituindo agendas.

A figura 2 demonstra este percurso em três momentos, organizados em três encontros com cada polo de UCs e Conselhos.

Figura 2 – Sequência de encontros da Formação Socioambiental.



Fonte: CFA/SMA-SP, 2013.

Na primeira rodada de encontros (momento 1), os objetivos foram de: 1) diminuir eventuais assimetrias com relação à familiaridade com temas importantes à atuação do Conselho; 2) ampliar as noções sobre meio ambiente, gestão e participação; 3) construir um referencial para observar o território da UC, identificando problemas ambientais.

Foram realizadas exposições dialogadas sobre alguns temas que serviram de referência à construção da proposta, tais como representações sociais de meio ambiente, gestão ambiental, conselhos e participação, tendo como transversal o debate sobre áreas protegidas e unidades de conservação. Conforme avaliação dinâmica⁴ (FRAISSE, BONETTI e GAULEJAC, 1987, *apud* RODRIGUES, 1993) houve a necessidade de sinalizar objetivamente o sentido de todo o aporte conceitual e teórico que foi colocado em debate. Assim, a primeira rodada de encontros abrigou, também, a exposição de todo o processo de planejamento da fiscalização ambiental nas UCs. Foi inserido o debate e definição do problema ambiental de fiscalização a ser priorizado para o levantamento de seus efeitos dentro das UCs e causas de diferentes ordens, fora das unidades.

Os segundos encontros com os Conselhos (momento 2) tiveram como intenção: 1) identificar sintomas e causas do problema escolhido; 2) mapear agentes sociais que guardam alguma relação com o problema, com os sintomas e com as causas.

O tempo – sempre de meio período (4h a 6h) – foi dedicado ao levantamento dos “descritores⁵” e respectivas causas. A finalidade da técnica aplicada, inspirada no Método Altadir de Planificación Popular – MAPP (MATUS, 2007) foi gerar discussões com vistas à construção de um mapa de manifestações empíricas dos problemas escolhidos (pesca, caça, incêndios, ocupações irregulares, extração de produtos florestais etc.). Definido este tipo de mapeamento, os participantes iniciaram outro debate, visando à definição de quais seriam as causas de cada “descriptor”. Na sequência, a etapa seguinte dedicou-se à escolha, por cada grupo de participantes, daquelas causas as quais os presentes compreendiam ser possível e/ou necessário enfrentar, com vistas a mitigar as manifestações do problema ambiental de fiscalização nas UCs.

Neste mesmo encontro, mais uma etapa foi realizada: o mapeamento de agentes sociais relacionados com as causas escolhidas. A finalidade deste exercício foi de identificar os grupos sociais, as instituições, organizações, entidades etc. envolvidas direta ou indiretamente com as causas observadas. Tais agentes sociais poderiam ser tanto aqueles envolvidos com as causas dos problemas ambientais, como aqueles a serem envolvidos em uma espécie de rede de articulação político-institucional dos Conselhos, com vistas ao desenvolvimento de ações de enfrentamento destas causas. A técnica utilizada foi inspirada no “Diagrama de Venn”, apresentada como “uma ferramenta de diálogo” para trabalhos coletivos. Segundo Cunha (2006, p. 52), o Diagrama de Venn “auxilia na obtenção de informações exploratórias e permite obter uma visão geral das relações entre organizações e grupos sociais”. No caso, a técnica foi adaptada para ser desenvolvida tendo as causas como ponto de partida para a exploração de informações.

Por fim, a terceira rodada (momento 3) teve os objetivos de: 1) definir situação-objetivo em relação ao problema escolhido; 2) definir modos de enfrentamento das causas observadas e escolhidas; 3) construir quadro de ações. Tratou-se, portanto, de um encontro de planejamento estratégico.

Nesta rodada, os participantes foram orientados a discutir e decidir qual a situação ideal para cada causa escolhida e, na sequência, compartilhavam modos de enfrentamento ou

⁴ Forma de avaliação que procura “[...] criar uma interação entre análise e intervenção, de forma a sugerir correções, não só quanto ao conteúdo da operação, mas quanto à forma de a organizar e conduzir” (FRAISSE, BONETTI e GAULEJAC, 1987, *apud* RODRIGUES, 1993, p.3).

⁵ Os descritores, segundo Matus (2007), descrevem os problemas expressando seus sintomas, suas manifestações observadas, sentidas, percebidas etc.

estratégias para buscar a situação idealizada (objetivo). A figura 3 apresenta algumas imagens dos participantes utilizando as técnicas compartilhadas pela FS durante os encontros e oficinas de trabalho. Para ter acesso a mais informações, resultados e imagens, acessar: <http://www.ambiente.sp.gov.br/formacao-socioambiental/>.

Figura 3 – Imagens que ilustram o predomínio de situações de reflexão, debate e produção coletiva.



Fonte: CFA/SMA-SP, 2013.

4. Resultados e discussão

Para analisar e avaliar o trabalho realizado foi desenvolvida uma pesquisa como forma de garantir sistematicidade no acompanhamento, registro e análise de cada componente da proposta. Assim, desde o referencial utilizado, passando pelas opções metodológicas até alcançar os resultados obtidos, uma matriz lógica de avaliação foi elaborada para orientar a construção de instrumentos de coleta de dados, com base em plataformas, critérios e indicadores de avaliação.

Tais indicadores deram origem a um grande volume de dados e informações que, observados em seu conjunto, permitiram uma análise ampla do percurso da FS.

A seguir, os quadros 3.1 a 3.3 demonstram alguns destes resultados. Foram organizados em três perspectivas: 1) contribuições ao planejamento dos próprios Conselhos; 2) ao desenvolvimento de políticas públicas para trabalhar os Conselhos de UCs e de fiscalização ambiental; 3) ao desenvolvimento de metodologia que envolva os Conselhos com a gestão ambiental – a partir da fiscalização – de maneira formativa e qualificadora da participação social.

Para este artigo selecionamos parte das contribuições, sob o critério de relevância⁶, devido à limitação de espaço. O conjunto dos dados e informações, observações e análises (aproximações e distanciamentos em relação às opções fundamentadas no quadro referencial), assim como o total de contribuições estará disponível após o término do relatório de pesquisa, previsto para o final do primeiro semestre de 2014.

Antes, alguns dados gerais: foram 7 polos trabalhados (integrando 13 UCs); 5 polos com ciclo concluído (integrando 8 UCs)⁷; 467 participações⁸; 8 Conselhos com plano de ação; 120 causas levantadas; 12 causas escolhidas; 51 ações projetadas.

⁶ Foram destacados no artigo aqueles resultados considerados pelos autores como mais significativos. Todos os resultados deverão constar em relatório de pesquisa completo.

⁷ Por ciclo concluído, entenda-se: todos os encontros necessários para se mapear efeitos e causas de problemas de fiscalização; para se mapear agentes sociais que podem ser articulados e para construir um plano de ações dos Conselhos envolvidos para o enfrentamento de causas de problemas de fiscalização.

Quadro 3.1 – Perspectiva das contribuições ao planejamento dos Conselhos.

Campo ou eixo temático	Contribuições da FS ao planejamento e dinâmica dos Conselhos
Conselhos gestores	1) Os Conselhos têm um plano de ações (o que não demonstraram ter antes); 2) as ações foram direcionadas, <i>também</i> , para fora da UC; 3) os agentes sociais dos Conselhos pretendem articular suas ações com aquelas construídas no âmbito dos Conselhos; os problemas de fiscalização servem como “temas geradores” para as agendas dos Conselhos; 4) os Conselhos devem envolver-se com a gestão das UCs “de fora para dentro”; 5) pode evoluir para o Conselho ter em sua composição representantes de grupos sociais ausentes, mas que têm relação direta com a problemática que manifesta-se na UC.
Gestão ambiental	Os dados indicam que a FS contribuiu tanto para se reconhecer o “problema de fiscalização” inserido em uma problemática socioambiental, como também para se concentrar em causas consideradas estratégicas para os Conselhos (independente dos critérios usados para as escolhas). Foi demonstrado, na prática, que este processo de levantamento e escolha pode ser realizado dentro de um coletivo com diferentes agentes sociais representando pontos de vista e representações diversas.
Participação	A experiência contribuiu para: 1) reconhecer que é possível (em situações conduzidas de fora) organizar grupos que facilitam o debate e otimizam a produção de informação e de conhecimento; 2) é preciso possuir estratégias para evitar o domínio de um debate por sujeitos com mais recursos (conhecimento, capacidade de expressão etc.); 3) o Conselho pode ser visto como espaço de legitimação de decisões construídas de maneira mais ampla que sua representação formal.
Educação Ambiental	A contribuição foi demonstrar que a “formação socioambiental” pode ocorrer a partir da práxis do próprio Conselho, ou seja, tomando por base um conjunto de atribuições deste espaço de participação, mobilizar uma gama de informações, conhecimentos e perspectivas (aqui tomadas como representações sociais).
Representações sociais de meio ambiente	Indicadores demonstram contribuição ao reconhecimento do Conselho como espaço de debate entre diferentes pontos de vista, interesses e posições; demonstram a possibilidade de se planejar mais a agenda dos Conselhos a partir da compreensão de seu papel; contribuição com o compartilhamento de técnicas de planejamento participativo.
Opções metodológicas	O conjunto de técnicas utilizadas (distribuição em grupos menores para facilitar o debate e otimizar a produção de informações e conhecimento; “destrinchamento” por etapas dos problemas de fiscalização; mapeamento de agentes sociais; registro das ideias em fichas e mapas de fácil visualização; organização sugerida das fichas para maior compreensão; organização das ações em um quadro geral).

Quadro 3.2 - Perspectiva das contribuições a políticas voltadas a Conselhos e à fiscalização em UCs.

Campo ou eixo temático	Contribuições da FS à construção de políticas públicas
Conselhos gestores	-Para trabalhar com Conselhos: contribuições para diretrizes que reafirmem os Conselhos como espaços nos quais o contraditório se apresenta, é debatido e orienta ações do Conselho e dos órgãos gestores das UCs (existem posições divergentes, podem ser antagônicas; o debate pode e deve caminhar para o consenso sempre que possível; o consenso deve gerar encaminhamentos: ações dos Conselhos voltadas ao atendimento dos objetivos da UC e de sua compatibilização com os interesses dos diversos segmentos sociais); políticas que apontem para maior representatividade de grupos afetados pela existência das UCs. -Para a fiscalização: contribuições no sentido de a CFA/SMA identificar a quantidade e capilaridade dos agentes sociais que podem/devem ser articulados para a construção de redes de monitoramento dos territórios onde se localizam as UCs, bem como se relacionam com outros planos de fiscalização. Possibilidade de desenvolvimento de ações que contribuem para o enfrentamento de causas estruturais dos problemas de fiscalização. Apontam para investimento na integração dos agentes sociais representados nos Conselhos à política de monitoramento da SMA, assim como coparticipantes de discussões sobre as normas que regem a fiscalização ambiental (aquelas que são de competência da SMA, como resoluções e portarias).
Gestão ambiental	-Para trabalhar com Conselhos: os resultados apontam para a necessidade de programas e projetos que reforçarem a integração entre os Conselhos de UCs e outros espaços de participação na gestão ambiental pública (comitês de bacia, Conselhos de outras UCs, conselhos municipais e regionais de meio ambiente, habitação, educação, saúde etc.). -Para a fiscalização: contribuições para reforçar a importância de se considerar os Conselhos de UCs como espaços para se trabalhar demandas de outros planos de fiscalização (pesca, fauna, áreas rurais, mananciais, atividades potencialmente poluidoras, incêndios florestais etc.); a observação sinaliza que políticas de fiscalização devem considerar (em seu planejamento, monitoramento, avaliação), também, a existência dos condicionantes das manifestações de problemas ambientais nas UCs. Para tanto, pode

⁸ Número de pessoas presentes na totalidade de encontros realizados em todos os polos trabalhados. Optou-se por “participações” no lugar de “participantes” devido a, por um lado, rotatividade de pessoas presentes (novos participantes a cada encontro), assim como, por outro, à frequência contínua de outros participantes. Por se considerar como relevante a presença a cada encontro, com contribuições variadas a cada demanda, foram somadas todas as presenças, em todos os encontros feitos.

	organizar-se internamente (com a continuidade de trabalhos e equipes), e ainda abrir canais de diálogo e articulação com outros órgãos da própria SMA (Coord. Educação Ambiental-FF-IF para ampliação do alcance da FS; Coord. Biodiversidade e Recursos Naturais para o direcionamento de ações e programas de desenvolvimento sustentável; Coord. Planejamento Ambiental para o desenvolvimento de estudos e análises voltados a ordenamentos territoriais nas regiões das UCs).
Participação	<p>-Para trabalhar com Conselhos: os resultados sugerem a demanda por programas que contenham ações de instrumentalização dos Conselhos com técnicas de elaboração de diagnósticos socioambientais e de planejamento participativo devem ser sistematicamente compartilhadas a partir de situações concretas (como na FS foram os problemas de fiscalização). Tais técnicas devem ser acompanhadas do devido acesso a informações (muitas vezes acessadas pelos representantes do poder público) e também de aportes conceituais necessários ao aprofundamento da compreensão sobre os temas em questão; Os indicadores demonstram que à medida que os participantes lidam com algo que consideram “útil” ou que forneça sentido à sua participação em um espaço como o Conselho, acentuam seu comprometimento.</p> <p>-Para a fiscalização: foram identificadas contribuições para potencializar mecanismos de compartilhamento e troca de informações e instrumentos para fins de monitoramento em rede; programas e ações de formação que tenham por finalidade ampliar a compreensão de agentes sociais sobre as premissas das normas que regem o trabalho de fiscalização. Não se recomenda a utilização de estratégias informativas, mas sim reflexivas em perspectiva crítica. Recomenda-se acompanhamento sensível aos problemas e dificuldades que grupos sociais mais vulneráveis têm de compreensão, assimilação e adequação à legislação ambiental; demonstração de que há interesse em envolver-se com a fiscalização das UCs. Tal demonstração sugere a possibilidade de ações, partidas da CFA, de manter o envolvimento de diferentes segmentos sociais como estratégia de fiscalização ambiental, com duas finalidades, em princípio: 1) apoio à ideia de fiscalização como “cuidado” com a biodiversidade (e ampliação para o cuidado com a “sociodiversidade” em populações tradicionais); 2) maior debate e participação, qualificados, sobre as normas e prioridades da fiscalização.</p>
Educação Ambiental	<p>-Para trabalhar com Conselhos: houve reforço de que o trabalho com Conselhos deve compreendê-los como espaços de ensino-aprendizagem.</p> <p>-Para a fiscalização: obtiveram-se evidências de que a temática da fiscalização pode servir de tema gerador ou ponto de partida para processos formativos que culminem em ações preventivas aos problemas de fiscalização; o tema da fiscalização pode pautar significativamente a agenda destes Conselhos.</p>
Representações sociais de meio ambiente	<p>-Para trabalhar com Conselhos: a FS demonstrou a necessidade de se buscar ações e programas que partam das diferenças para exercitar a busca por consensos possíveis e construção de agendas.</p> <p>-Para a fiscalização: mesmo havendo visões sobre a problemática socioambiental diferentes e conflitantes em Conselhos, demonstrou-se que problemas de fiscalização podem gerar processos que culminem em ações, dos Conselhos, que auxiliem na prevenção.</p>
Opções metodológicas	<p>-Para trabalhar com Conselhos: os resultados obtidos apontam que alcançaram-se ações que os envolvem efetivamente com a política de gestão das UCs. Ainda há demandas por ações e programas com vistas a qualificar os Conselhos com informações (de bancos de dados e sobre políticas e procedimentos de gestão ambiental pública afetos às UCs), técnicas e instrumentos de gestão (normas, mapas, imagens etc.).</p> <p>-Para a fiscalização: o envolvimento dos Conselhos ampliou o espectro de atuação da fiscalização, seja em termos de ações de enfrentamento dos problemas (na direção de suas causas), seja em se tratando de agentes envolvidos com preocupações semelhantes (tratadas em diferentes dimensões, competências, atribuições e espaços no território); proporcionou maior envolvimento de agentes públicos com a política de fiscalização de UCs; o compartilhamento de informações sobre a política de fiscalização contribuiu para maior compreensão e consequente “apoio” à fiscalização em determinados grupos sociais representados nos Conselhos. Todavia, inspira diminuição na desigualdade de participação, tanto no que se refere à decisões tomadas sobre acatar as normas, como também à própria elaboração das normas.</p>

Quadro 3.3 - Perspectiva das contribuições a uma metodologia de envolvimento dos Conselhos com a fiscalização de maneira formativa.

Campo ou eixo temático	Contribuições da FS ao desenvolvimento de metodologia
Conselhos gestores	Observações sugerem que: 1) o envolvimento dos Conselhos com a fiscalização ocorreu com a extensão e articulação com o território e seus agentes sociais; 2) essa ampliação fomentou o debate sobre um dos papéis dos Conselhos: servir de espaço para participação na gestão ambiental pública e tornar-se agente social provocador de debates públicos com vistas a transformações culturais, mas também sociais. Este processo carece, ainda, de envolvimento de grupos sociais que ainda estão distantes de espaços de participação e guardam relação direta com os problemas que se manifestam nas UCs. Os indicadores sobre as características das ações apontam que a formação dos Conselhos pode contemplar, também, discussões mais aprofundadas sobre a relação entre educação e gestão ambiental (que engloba a fiscalização). Também sugerem que a intenção de direcionar a atuação dos Conselhos para fora das UCs foi alcançada com o resultado de 20% das ações serem de articulação político-institucional.
Gestão ambiental	<i>Para alcançar os objetivos de conservação da UC, objetivos sociais e econômicos devem ser alcançados antes.</i> Embora o raciocínio observado não tenha sido explicitamente verbalizado ou debatido nas oficinas, o indicador que o sustenta aponta para a eficácia da metodologia no que se refere ao objetivo de ampliar o entendimento dos Conselhos sobre os problemas que afetam as UCs.

Participação	Os grupos com menos familiaridade com as técnicas, conteúdos e sentidos trabalhados na FS foram subsidiados. Isso é muito importante para dar acesso à participação esclarecida. Contudo, os dados sugerem que ainda é necessário maior esforço nas adequações linguísticas a estes agentes, com vistas a uma maior participação consciente e autônoma (menos dependente dos demais participantes que, no caso em tela, auxiliaram a equipe e demais participantes em diferentes momentos). Se por um lado essa “solidariedade” é positiva e coerente com os esforços da FS, por outro reduz a autonomia de determinados sujeitos.
Educação Ambiental	Demonstração de que experiência contribuiu para maior compreensão sobre as possibilidades de atuação do Conselho, para o encaminhamento de ações de interesse da fiscalização ambiental (numa perspectiva preventiva) e para o entendimento de que o envolvimento com a fiscalização integra a gestão da UC e do território. A experiência mostrou-se eficaz no que se refere à construção de agendas a partir do reconhecimento das diferenças e busca por construir consensos (atribuições legais dos Conselhos). No entanto, não houve teste, nesta experiência, de aprofundamento ou politização das diferenças.
Representações sociais de meio ambiente	Os indicadores expõem contribuições à metodologia que considere as diferenças, trate-as de maneira dialógica (mesmo reconhecendo contradições) e aponte para sínteses. Tais sínteses podem ser representadas por ações, em uma agenda, como também por maior compreensão das limitações impostas pelo modo de produção, pela formação social e modelo de desenvolvimento hegemônicos.
Opções metodológicas	Mostraram-se eficazes no que se refere à amplitude de causas de um problema; do ponto de vista qualitativo, alcançou o objetivo de tornar os problemas de fiscalização mais complexos, não mais restritos à repressão de infratores; auxiliou no reconhecimento dos papéis da PMA, da CFA e do Conselho. Os dados sugerem contribuições para integrar causas e efeitos como parte de problemas complexos de natureza socioambiental. Esta integração serve tanto ao envolvimento, formativo, de agentes sociais com a gestão ambiental pública, especialmente em UC, a partir de objetos de preocupação da fiscalização ambiental.

5. Considerações parciais

À luz do quadro referencial conceitual e teórico construído na revisão de literatura, observam-se algumas aproximações e distanciamentos em relação às opções políticas, filosóficas e pedagógicas, que são expostas no quadro 4.

Quadro 4 – Análise dos resultados obtidos, a partir do quadro referencial conceitual e teórico.

Campo de referência	Aproximações (A) e distanciamentos (D)
Representações sociais de meio ambiente	<p>A - A partir de uma exposição/discussão que colocou sob suspeita conceitos cujas definições muitas vezes são consideradas razoavelmente óbvias – tais como de meio ambiente e de natureza, por exemplo –, apontou-se para a possibilidade de ampliação de controvérsias acerca da UC e, concomitantemente, para a necessidade do exercício da participação baseada no diálogo, considerando pontos de vista distintos entre os participantes.</p> <p>D - Dificuldades na avaliação deste tema geral têm relação com o próprio caminho traçado durante o planejamento e a execução do tema durante as oficinas. Tais dificuldades foram paulatinamente sendo expostas na medida em que se desenrolava a realização das oficinas nos diferentes polos. Alguns desvios de rota durante o percurso foram necessários (ajustes no conteúdo apresentado), no entanto as dificuldades não foram vencidas satisfatoriamente.</p>
Gestão Ambiental	<p>A - A observação de que houve ampliação do olhar dos Conselhos para além das UCs, no sentido dos territórios a que pertencem, estabelece pontos de contato com o debate sobre gestão ambiental realizado neste trabalho. Se não especificamente um diálogo direto com algumas das três correntes de pensamento que orientam discursos e práticas de gestão ambiental, ao menos não se restringem à gestão ambiental de áreas protegidas como sendo essencialmente direcionada ao interior das UCs.</p> <p>D - Pode-se compreender que a proposta da FS e seus resultados ilustrados nestes indicadores e respectivas observações estão distantes da ideia de gestão ambiental pública (ainda que tenhamos identificado alguns pontos de contato). O reconhecimento desse distanciamento apoia-se na observação de que o olhar para o território ainda não efetivou que causas estruturais fazem parte do “rol” de preocupações dos Conselhos Gestores de UCs.</p> <p>Os indicadores sobre participação⁹ também afastam a FS e seus resultados da proposta de gestão ambiental pública, quando esta afirma a necessidade de se buscar a integração de grupos sociais com menores recursos econômicos e políticos e afetados por decisões da gestão ambiental levada a cabo pelo Estado.</p>

⁹ Predomínio de presença de representantes do poder público das três esferas (federal, estadual e municipal). Reduzida participação de grupos sociais afetados pela existência das UCs ou compreendidas como conflitantes com as unidades.

Áreas protegidas	<p>A- Aproximação no sentido de a proposta buscar trabalhar a importância de se compreender as áreas protegidas como integradas no território; a receberem todas as pressões decorrentes da gestão ambiental deste território. Gerir a unidade pode ser, assim, observar e intervir nas dinâmicas deste mesmo território.</p> <p>D - As observações feitas ao longo do processo de análise indicam que ainda é latente o entendimento da unidade de conservação como a principal estratégia de conservação da biodiversidade. A proteção integral ainda predomina em relação à necessidade (inclusive reconhecida e expressa na FS) de se enfrentar, num contexto de gestão ambiental, questões estruturais de diferentes ordens (social, econômica, cultural, histórica etc.) que geram pressões sobre o meio ambiente.</p>
Conselhos Gestores de UCs	<p>A -Um ponto de aproximação se refere à possibilidade, também estratégica, dos Conselhos voltarem-se aos seus territórios, aos agentes sociais e às causas estruturais de problemas ambientais que afetam as UCs, ampliar a capacidade de “enxergarem” um papel político de buscar interferir em decisões afetas a políticas públicas deste território, tais como habitação, fiscalização, ordenamento territorial, de desenvolvimento socioeconômico, de educação, saúde (ambiental) etc. Esta projeção guarda relação com a participação social mais ligada à tomada de decisões sobre gestão pública, do que da execução de funções do Estado.</p> <p>D - Um ponto de distanciamento relaciona-se ao papel e sentido da atuação dos Conselhos, pode-se considerar ainda afastado do debate sobre Conselhos qualificados e a disputarem espaço político em tomadas de decisões sobre gestão pública, o fato de, no âmbito da FS, reconhecerem como predominantes as causas estruturais de ordem socioeconômica, mas escolherem atuar sobre aqueles, também estruturais, mas de ordem diferente daquela predominante. Uma leitura, também hipotética, é a de que os Conselhos não enxergam sua atuação a partir das UCs na direção de debater políticas públicas de habitação, de ordenamento urbano, de desenvolvimento, de saneamento etc.</p>
Educação Ambiental	<p>A -Em se tratando da proposta da FS, identificamos aproximações com a perspectiva crítica, devido às seguintes características:</p> <p>1) a FS dirigiu-se a adultos com atuação política no espaço do Conselhos Gestor; 2) A FS pautou-se por direcionar a reflexão, o debate e as compreensões sobre os problemas ambientais das UCs no sentido de identificar os conflitos sociais, relacionados às causas estruturais de tais problemas. Convidou os participantes a observar a problemática socioambiental em sua complexidade; 3) Proporcionou situações de diálogo e debate entre conhecimento científico e saberes populares; 4) proposta de se construírem intervenções nos territórios das UCs dialoga com a ideia de que a EA em perspectiva crítica direciona-se a “(...) criticar a realidade historicamente dada e propor a alteração das injustas relações de poder”; 5) A FS priorizou discussões e abordagens dos problemas ambientais com foco na compreensão dos sistemas sociais relacionados às causas; 6) Ao apontar as causas como objeto de enfrentamento com ações articuladas e no território da UC, a FS direcionou-se à diminuição dos riscos e vetores de pressão às UCs; 7) A FS partiu do entendimento de que a “resolução de problemas” pode ser um tema gerador, tanto para a reflexão e debate com vistas a uma ampliação da compreensão, assim como para o desenvolvimento de ações (não foram voltadas às manifestações dos problemas, mas sim às suas causas).</p> <p>A predominância na escolha por causas de ordem cultural e aquelas ligadas à gestão da UC e à fiscalização indica distanciamento com a ideia de uma EA que resulta no reconhecimento de que há conflitos socioambientais a serem enfrentados por intermédio da Gestão Ambiental na arena política. Reconhecimento houve, mas não foi relacionado diretamente com a atuação dos Conselhos. Os indicadores sobre os recursos utilizados, especialmente as variáveis “clareza”, “complexidade” e linguagem¹⁰ sugerem que, no caso de Cananéia, houve um distanciamento daquilo que a EA crítica tem de contato com a Educação Popular. Cananéia foi o polo no qual a presença de representantes de comunidades tradicionais demandou maior esforço de adequações da FS. Considerando os registros feitos pela observação participante na pesquisa, tais esforços foram insuficientes. Outro distanciamento revela-se com a não politização dos conflitos relacionados às causas. Nem por parte da FS, nem por parte dos participantes. A ausência de representantes de grupos sociais em conflitos com as UCs reforça esta leitura.</p>
Participação	<p>A -Utilizando a “escada de participação” de Arnstein como referência, encontra-se na possibilidade de “enquadrarmos”, tanto em termos de proposta da FS como de resultados alcançados, nos degraus da “parceria” e da “delegação de poder”. De parceria devido ao caráter das ações, voltadas ao enfrentamento de causas que, em tese, reduziriam a dimensão dos problemas ambientais e, assim, de suas manifestações nas UCs. De “delegação de poder” porque, ao longo dos encontros, foi possível observar que, embora de natureza consultiva, os Conselhos assumiram decisões próprias relacionadas àquilo que os próprios participantes deverão realizar, ou seja, uma característica identificada com a deliberação. Houve, inclusive, menções por parte da equipe da FS de que os Conselhos permaneciam consultivos sobre a gestão das UCs (de competência do Estado), mas estariam “deliberando” sobre a própria agenda de Conselho Gestor. Já observando a “régua de participação” de Bordenave, identificamos aproximação com o ponto de “delegação”, caracterizada pelo poder de decisão sobre “partes ou setores” por determinados membros.</p> <p>D - Distanciamento entre aquilo que se pretendeu em termos de formatação e intencionalidade da proposta (FS) e os resultados alcançados. O indicador que distancia as causas levantadas</p>

¹⁰ Indicadores de baixa aprovação.

(socioeconômicas) e as escolhidas (culturais e vinculadas à gestão da UC e à fiscalização) sugere esse distanciamento¹¹. Os Conselhos, com base neste indicador, aparentam não enxergar (em princípio) seu papel vinculado à vetorização de debates públicos e mesmo de “vanguarda” política no que se refere à discussão (e identificação de alternativas) sobre a problemática socioambiental do território.

Observando o percurso realizado no âmbito da FS e os resultados alcançados, entre dados, informações e análises, constata-se que o “saldo”, até este momento das análises, é positivo. O fato de conquistar espaço em um cenário de fiscalização ambiental já pode ser considerado digno de nota. Haja vista o Decreto Estadual n.º 60.302/2014, que institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP. Entre os objetivos e diretrizes, há os que dizem respeito à participação social e envolvimento comunitário na gestão ambiental do território das UCs. Observa-se a consolidação e institucionalização das práticas identificadas com a FS, como o “envolvimento da sociedade civil, de entidades ambientalistas e das comunidades do entorno das unidades de conservação”.

Podemos definir dois eixos orientadores de uma análise realizada essencialmente com base nos indicadores gerados¹². O primeiro eixo refere-se às contribuições da FS: ao planejamento e dinâmica dos Conselhos; à construção de políticas para se trabalhar com os Conselhos e para a fiscalização ambiental; ao desenvolvimento de metodologia de trabalho para envolver Conselhos de UCs na fiscalização ambiental de maneira formativa.

No segundo eixo¹³, analisamos até aqui os resultados em mais três perspectivas: a institucional, a legal e dos indicadores mais afetos às intenções formativas da FS obtidos (reflexão sobre o papel do Conselho de UC, desenvolvimento da capacidade de elaboração de planos de ação voltados a problemas de fiscalização, atenção também ao território no qual a UC se localiza como condicionantes dos problemas ambientais que afetam as unidades, capilarização da política de fiscalização conduzida pela SMA, maior compreensão e envolvimento de gestores de UCs com o SIM).

Da perspectiva institucional, a FS apresenta-se como integrada a um projeto de Coordenadoria, ao levar-se em conta a criação de um departamento de planejamento que responde pelo plano de fiscalização. Por seu turno, a FS é parte integrante do plano de fiscalização de UCs (o SIM) e pode adequar-se a outros planos.

A partir de outro prisma, da legislação, pode-se afirmar que a FS corresponde a um conjunto de normas das esferas federal e estadual, tais como as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, à Lei Federal que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e o decreto que o regulamenta.

¹¹ Ficou demonstrado que os Conselhos reconhecem que são predominantes as causas de ordem social e econômica entre aquelas que condicionam as manifestações de problemas de fiscalização nas UCs. Entretanto, as causas escolhidas para serem enfrentadas pelos planos de ação dos Conselhos são predominantemente de ordem cultural. Este indicador evidencia que há um distanciamento entre causas levantadas e causas escolhidas.

¹² Estes indicadores fazem parte de um conjunto de critérios de avaliação da FS. Ambos são organizados por sua distribuição em 5 plataformas de avaliação: 1) desenvolvimento, para avaliarmos o processo de desenvolvimento da proposta de Formação Socioambiental num contexto institucional de fiscalização e, especificamente, de gestão de unidades de conservação; 2) execução, para avaliarmos a eficácia – se objetivos colocados à FS foram alcançados – e eficiência – disponibilidade e uso de recursos, bem como a necessidade de alterações, suas razões, justificativas etc.; 3) receptividade, para avaliarmos a pertinência da proposta em áreas mais ligadas à gestão e à fiscalização, o quanto foi compreendida e aceita pelos grupos aos quais a FS foi exposta como componente da gestão ambiental pública e estratégia de enfrentamento dos problemas de fiscalização nas UC; 4) Efetividade, para avaliarmos o alcance da proposta, ou seja, se a FS foi apropriada pelos participantes que tiveram acesso à metodologia; 5) impacto, para avaliarmos se houve desdobramentos das experimentações realizadas em cada Conselho.

¹³ Este segundo eixo de análise apoia-se em observações registradas ao longo de todo o desenvolvimento e execução da FS, por meio de instrumentos de coleta e registro de evidências correspondentes às plataformas, critérios e indicadores de avaliação.

Observando a FS a partir dos indicadores relativos às intenções formativas da FS, além das contribuições expostas no primeiro eixo (planejamento do Conselho, políticas públicas e metodologia de se trabalhar com Conselhos), identificam-se alguns pontos que são ressaltados a seguir: 1) a FS promoveu reflexões e debates sobre o papel do Conselho; 2) houve o alcance dos resultados propostos (planos de ações voltados para as causas de problemas de fiscalização); 3) ampliou-se o olhar dos Conselhos para os territórios das UCs; 4) foi observada a integração de novos agentes à política de fiscalização (como as prefeituras representadas nos Conselhos); 5) FS reforçou a importância do envolvimento dos gestores com o plano de fiscalização.

Entende-se, com base na breve exposição das análises realizada neste artigo, que a FS abre mais uma frente tanto em termos de gestão, como de educação ambiental. Articulando ambos os campos a partir da fiscalização, evidencia os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação como espaços de ensino-aprendizagem alinhados a uma vertente da educação ambiental inspirada por leituras das questões socioambientais em perspectiva crítica.

Uma das etapas da análise encontra-se ainda em andamento. Trata-se da avaliação sobre as aproximações e distanciamentos entre a proposta desenvolvida e seus resultados, tendo como parâmetro as opções conceituais e teóricas. Os distanciamentos, antes de guardarem um sentido desmotivador, pelo contrário, instigam à reflexão e identificação de possibilidades de realização da idealização teórica e readequações objetivas quanto ao formato, abordagem, uso de técnicas e demais recursos, sem perder de vista o confronto entre reflexão e ação, necessário e fundamental àquilo denominado *práxis* (FREIRE, 1975, 1978, 1997; IMBERT, 2003).

6. Referências bibliográficas

ABERS, R. N.; KECK, M. E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e 'relações fecundas' nos conselhos gestores. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, Jan./Abr. 2008.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225 § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de jul 2000. Seção 1, p. 1.

_____. **Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002**, que regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

CARVALHO. I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Coleção Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, M. **O que é natureza**. Coleção Primeiros Passos. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DALLARI, D. A. **O que é participação política**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. Pedagogia do oprimido. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONZÁLEZ GAUDIANO, E. Otra lectura a la historia de la educación ambiental em América Latina y el Caribe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, p. 141-158, jan./jun. 2001. Editora da UFPR.
- GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** 5ª ed. Campinas: Papirus, 2007.
- IBAMA. **Unidades de Conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. Brasília: IBAMA, 2008.
- IMBERT, F. Para uma práxis pedagógica. Brasília: Plano Editora, 2003.
- KLAUSMEYER, A.; RAMALHO, L. (orgs.). **Introdução a metodologias participativas, um guia prático**. Recife: SACTES-DED, 1985.
- LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações para a educação. In: QUINTAS, José Silva. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: 3ª ed. IBAMA, 2006.
- _____. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006a.
- _____. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006b.
- LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCO, N. (orgs.). **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBASE, IBAMA, 2003.
- MARTINEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração** Tradução: Márcio Waldman. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MATUS, C. **MAPP Método Altadir de Planificación Popular**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2007.
- MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Piracicaba: Imaflora, SP; Belém: Imazon, PA, 2009.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. revista. Brasília: IBAMA, 2006.

QUINTAS, J. S.; & GUALDA, M. J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. Brasília: IBAMA. 1995.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, M. J. **Avaliação e aprendizagem social**: uma proposta de metodologia. Documento de trabalho. Portugal, Lisboa: Dinâmia/FCT, 1993.

RODRIGUES, E.; VICTOR, R. A. B. M.; PIRES, B.C. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo como Marco para a Gestão Integrada da Cidade, seus Serviços Ambientais e o Bem-estar Humano. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 71-89, abr./jun. 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n.º49.672**, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dá providências correlatas, São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Estado). **Unidades de Conservação da Natureza**. Cadernos de Educação Ambiental. São Paulo: SMA, 2009.